ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

ACESSIBILIDADE E ENSINO: OUTRAS FORMAS DE FAZER JORNALISMO

Accessibility and education: other ways to do journalism

Accesibilidad y enseñanza: otras formas de hacer periodismo

Verônica Dantas Meneses[1]
Caroline Barbosa dos Reis Ricardo[2]
José Lauro Martins[3, 4, 5]

RESUMO
Este ensaio visa abordar os prognósticos para os processos de inclusão e acessibilidade de discentes cegos nas atividades de ensino e convivência nas instituições de ensino, quer dentro das salas de aula, laboratórios e demais dependências físicas da universidade quer nos espaços virtuais de pesquisa primordiais para o deficiente visual. A análise partiu da observação participante e entrevistas com docentes e técnicos da UFT. Conclui-se que as iniciativas para a inclusão do aluno cego perpassam os âmbitos individuais e coletivos e incluem novas atitudes dos desenvolvedores de sistemas e dos portais na internet.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Aluno cego; Ensino; Jornalismo.

[1] Doutora em Comunicação pela UnB; docente dos cursos de Jornalismo e Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade da UFT. E-mail: veronica@uft.edu.br.
[2] Discente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: carolinebreis26@gmail.com.
[3] Doutor em Ciência da Educação pela Universidade do Minho. Docente dos cursos de Jornalismo e Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Saúde da UFT. E-mail: jlauro@uft.edu.br.
[4] Colaboraram com esta pesquisa os discentes do curso de Jornalismo da UFT Ronyvan dos Santos e Tatyane Cardoso.
[5] Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Avenida NS 15, 109 - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, Brasil. CEP: 77001-090.

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

ABSTRACT
This paper aims to address the prognoses for the processes of inclusion and accessibility for blind students in teaching activities and in educational institutions, both within the classroom, laboratories and other physical facilities of the University both in virtual spaces of main research for the visually impaired. The analysis began from the participant observation and interviews with teachers and technicians of the UFT. It is concluded that the initiatives for the inclusion of blind student cross through the individual and collective spheres and includes new attitudes of the systems and portals developers on the internet.

KEYWORDS: Accessibility; Blind student; Teaching; Journalism.

RESUMEN
Este ensayo pretende abordar los pronósticos para los procesos de inclusión y accesibilidad de los estudiantes ciegos en las actividades de enseñanza y convivencia en las instituciones de enseñanza, tanto dentro de las aulas, laboratorios y demás dependencias físicas de la universidad, tanto en los espacios virtuales de investigación primordiales deficiente visual. El análisis partió de la observación participante y entrevistas con docentes y técnicos de la UFT. Se concluye que las iniciativas para la inclusión del alumno ciego atravesan los ámbitos individuales y colectivos e incluyen nuevas actitudes de los desarrolladores de sistemas y de los portales en Internet.

PALABRAS CLAVE: Accesibilidad; Estudiante ciego; Enseñanza; Periodismo.

Recebido em: 05.03.2017. Aceito em: 22.04.2017. Publicado em: 30.04.2017.

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

Introdução

Jan Amos Comenius, considerado o precursor da didática moderna, teve como lema para a obra Didática Magna no século XVII 'ensinar tudo a todos'. Certamente não considerou o desafio de prover as condições de aprendizagem formal às pessoas que por algum motivo, temporário ou definitivo, não apresentam estas condições consideradas naturais para todos os sujeitos.

A Constituição Brasileira no artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos; no artigo 206 corrobora ao determinar que todos devem ter igualdade de condições de acesso e permanência na escola; no artigo 208 quis o legislador que as pessoas portadoras de deficiência recebessem atendimento especializado que proporcionasse a aprendência necessária para o exercício da cidadania. Porém, embora havendo condições didáticas desenvolvidas pelas ciências da educação, direito reconhecido e tecnologias para a comunicação das informações necessárias para a aprendência, tanto os professores quanto os alunos deficientes visuais têm que superar barreiras que não podem mais ser aceitas para o século XXI.

A inserção de pessoas com deficiência visual nas atividades cotidianas e sociais é naturalmente um processo inicialmente e prioritariamente de tolerância e aprendizagem. No ensino regular especialmente é preciso desde estrutura física apropriada até a percepção e reeducação de colegas e professores para lidar com alunos que necessitam de algum suporte diferente.

É característico do curso de Jornalismo algumas disciplinas prezarem o apelo visual, caso das disciplinas de fotografia e telejornalismo, configurando-se um desafio ainda maior a inclusão de pessoas cegas. Na Universidade Federal do Tocantins, a implantação de um programa de suporte para atender necessidades de alunos com deficiência visual, cegos ou de baixa visão, tem se iniciado em paralelo às demandas deste grupo. Aliado ao fato de o processo não se adiantar a estas demandas é preciso que a comunidade acadêmica incorpore novas atitudes de convivência e de ensino-aprendizagem. Entender os aspectos cotidianos que estes alunos enfrentam bem como as dúvidas de docentes e técnicos laboratoriais no tratamento desse desafio é um começo.

Pelo exposto, o objetivo central do trabalho é estudar os processos de inclusão e acessibilidade de discentes portadores de deficiência visual nas atividades de ensino e convivência especialmente nas instituições de ensino. Buscamos relacionar superficialmente os processos específicos de ensino no curso de jornalismo das Universidade Federal do Tocantins a partir da realidade das

disciplinas; descrever o cotidiano do aluno cego e suas principais necessidades de adequação às atividades de ensino e convivência na UFT; identificar barreiras arquitetônicas e físicas dos diversos espaços da instituição que interferem na acessibilidade do deficiente visual, inclusive do uso efetivo da biblioteca; e ainda descrever a acessibilidade em portais e sites de notícias e de organizações que se constituem elemento de pesquisa essencial para o aluno cego.

Após amadurecermos os conceitos e contextos de temas como acessibilidade, inclusão social e ações afirmativas, com as referências aos métodos e tipos de pesquisa relacionados à etnometodologia, partimos para a descrição em cadernos de campo dos principais entraves e pontos positivos em relação aos objetivos acima propostos. A Pesquisa de campo foi desenvolvida, portanto, por meio essencialmente da pesquisa participante, uma vez que uma das pesquisadoras é ela própria objeto da pesquisa, aluna cega do curso de Jornalismo da UFT. Para complementar esta observação, foram feitas entrevistas semiestruturadas com um docente e um técnico-administrativo que acompanha a discente a fim de se estabelecer um parâmetro de pontos de vista a respeito da acessibilidade do deficiente visual no curso de Jornalismo e assim responder aos objetivos relacionados nesta pesquisa e ainda uma análise de sites que se constituem forma complementar de estudos do aluno cego.

Estudos sobre Acessibilidade, trabalho e ensino

A reflexão sobre o lugar e o tratamento adequado às pessoas portadoras de alguma deficiência suscita inúmeros questionamentos e começa com o uso do termo 'deficiente': Será que de fato é a o termo ideal? Como devemos tratar uma pessoa com deficiência? Como é sua vida na universidade? Como ela utiliza a tecnologia? São dúvidas comuns ao nos depararmos com pessoa que apenas utiliza aparelhos ou realiza a leitura de outra forma.

O problema, portanto, começa em como podemos definir o conceito e ainda melhorar os dados sobre os deficientes no Brasil.

> Devido à imprecisão do conceito de Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) e, no caso estudado, de Pessoa Portadora de Deficiência Visual (PPDV), além dos diversos critérios utilizados nos levantamentos demográficos como o ocorrido no censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que o próprio informante se autodefinia, não há uma estimava consensual do percentual que essas pessoas representam na população de nosso país (BRUMER et al, 2004, p. 305).

Para entender um pouco a respeito de como o deficiente tem acesso a comunicação, revistas, jornais e a própria

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

internet Pamela Bazaga (2007) analisou a relação do deficiente visual do Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV) com a informação e com os meios de comunicação a partir das experiências de 10 pessoas cegas. Segundo a pesquisa, uma das maiores dificuldades é o acesso a jornais e revistas impressos, pois em nosso país o braile é muito precário. As revistas semanais, por exemplo, não criam uma forma de acesso *online* eficaz em áudio ou digitalizado para que o cego possa estar atualizado. Algumas revistas, como a da TV Senado, disponibilizam alguns materiais em braile.

A pesquisa destaca que a maioria do grupo pesquisado pela autora tem acesso aos jornais televisivos. Algumas emissoras já tem uma preocupação maior quando se trata de um deficiente auditivo e algumas investem em projeto de audiodescrição, como o caso da Rede Globo, criado inicialmente para filmes. Pensando nisso, vemos o quanto nosso país ainda precisa investir quando se trata do consumo de produtos midiáticos ou formas para que o cego acompanhe as notícias diárias ou interaja mais com as instituições por meio da internet, especialmente importante para o estudante cego do curso de jornalismo, que necessita estar informado diariamente.

De acordo com Brumer, a Universidade do Rio Grande do Sul é um bom exemplo da implementação de projetos de inclusão diversos. As maiores dificuldades que as universidades possuem iniciam-se no caminhar de um deficiente. Não só os que não enxergam, mas até os que possuem baixa visão e cadeirantes encontram dificuldades enormes. Em se tratando de locomoção muitos são os problemas, falta de rampas, guias para que os deficientes possam ter acesso com mais facilidade aos prédios e as identificações em braile. Muitas universidades em nosso país, como a USP, tem um projeto grandioso quando se trata de acesso ao campus. Foram criados mapas em braile e com letras maiores para que os cegos e os que possuem baixa visão possam ter um maior acesso. As guias e rampas para chegar aos prédios são de texturas diferenciadas para que guia e bengala não enrosquem no piso (BRUMER et al, 2004).

Dentro dos prédios, além de possuir rampas e elevadores, as salas e banheiros devem possuir identificação em braile. Já pensando no lado acadêmico, principalmente no curso de comunicação, as grandes dificuldades de professores e alunos são as modificações que precisam ser feitas para que o aluno possa ter um melhor acesso aos materiais das aulas, uma vez que se utiliza majoritariamente texto impresso ou arquivos em PDF que não são lidos pelos leitores de tela de computador.

É unânime, e muitos autores já

abordaram, que com a tecnologia a vida do deficiente se torna mais produtiva e inclusiva. E a tecnologia já avançou muito neste campo. Segundo Bersch, para facilitar a navegação do cego nos computadores foram criados novos programas. O NVDA, por exemplo, proporciona o acesso a redes sociais e a grandes sites. Foram criados também os sites de audiolivros tornando a leitura de grandes obras mais fácil. A própria guia, atualmente, já está moderna, estão sendo realizados testes para que sejam colocados censores de identificação, ou seja, onde tiver buracos ou degraus a guia deve sinalizar. Existem, também, os programas para celular, que falam tudo que a pessoa acessa (BERSCH, 2013).

Mas é sempre necessária a revisão destes processos, mesmo porque cada pessoa tem habilidades distintas e muitas inovações podem apresentar-se obsoletas, como exemplo os teclados em braile, neste caso, muitos deficientes se adaptaram com os teclados normais e não utilizam este tipo. Já pensando nos livros em áudio e até mesmo em PDF ou word, a maior dificuldade é a liberação das editoras para disponibilizar este material gratuitamente. Existem, também, talheres personalizados e canecas que acendem para os cegos que possuem sensibilidade à luz (BERSCH, 2013).

Além do que foi dito, cabe ressaltar que a inclusão do deficiente é fundamental para a cordialidade e as boas relações na sociedade. Afinal, são pessoas comuns e que possuem a mesma capacidade de entendimento e vivência de uma pessoa que vê, não é por não enxergar que não são capazes de ler, escrever, fazer uma faculdade ou até mesmo se locomover, apenas com algumas diferenças, como qualquer pessoa.

Ladeira e Amaral (1999) conceituam inclusão como um processo que se prolonga ao longo da vida de um indivíduo e que tem por finalidade a melhoria da qualidade de vida do mesmo. De acordo com Passerino e Montardo (2007, p. 03), a inclusão é um conceito por se construir e alguns conceitos trabalhados na atualidade acabam por incorrer em fragilidades, como a "autoridade para convidar os excluídos a se aproximarem", tratando a inclusão como convite e não como uma verdadeira intenção de inclusão. Segundo as autoras, "outro problema presente na definição proposta é que considera o universo de forma dualista, como se alguém pudesse ser considerado incluído ou excluído totalmente".

Assim, as atoras citam Ladeira e Amaral que conceituam inclusão como um processo que se prolonga ao longo da vida de um indivíduo e que tem por finalidade a melhoria da qualidade de vida do mesmo mas acrescentam a inclusão não deve centralizar-se no indivíduo mas conectar "o contexto

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

sócio-histórico e cultural no qual o indivíduo se constitui" (PASSERINO; MONTARDO, 2007, p. 03). A partir das análises, especialmente da obra de Sposati, as autoras conceituam exclusão como "um processo eminentemente social perpassa por todas as dimensões da vida em sociedade e é permanente":

> Considera-se inclusão, portanto, o processo estabelecido dentro de uma sociedade mais ampla que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade devida, desenvolvimento humano, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos para os indivíduos e grupos sociais que em alguma etapa da sua vida encontram-se em situação de desvantagem com relação a outros membros da sociedade (PASSERINO; MONTARDO, 2007, p. 04).

Nesse sentido, a inclusão digital é uma faceta da inclusão social, mas do que ter acesso a computadores em rede, é preciso ter capacidade de operá-los com autonomia, sem barreiras arquitetônicas e com programas adequados. E é justamente nesta questão que a acessibilidade digital se faz presente como requisito necessário. Assim, outro aspecto levantado neste trabalho foi acessibilidade e usabilidade no uso de portais de notícias e organizações que possam servir não apenas de suporte para o desenvolvimento de atividades no curso de Jornalismo mas também para a própria necessidade de informação e conhecimento do aluno cego.

Dia a dia do aluno cego na Universidade

Após esta breve discussão teórica, segue um relato do outro momento desta pesquisa, que consistiu na própria observação da autora cega a respeito do dia a dia na Universidade e duas entrevistas com docente do curso de Jornalismo e técnico administrativo do Núcleo de Acessibilidade a respeito da presença de uma aluna cega nas atividades da academia. Nesta etapa, nos reservamos o direito manter a narração em primeira pessoa, uma vez que se trata da experiência da referida pesquisadora.

Sobre meu dia a dia, acho interessante relatar inicialmente as dificuldades que tive para passar no vestibular. Assim que terminei o ensino médio, iniciei as tentativas de aprovação. Quando fui prestar fora do Tocantins, me deparei com uma realidade em que tinha todos os recursos para fazer uma boa prova. As dificuldades, aqui, se iniciaram na primeira tentativa, não pude utilizar a máquina Braille para escrever a Redação e infelizmente os aplicadores da prova não tinham nenhum preparo.

Como não fui aprovada, voltei a estudar fazendo cursinho pré-vestibular. Então, na segunda tentativa, tive todo o apoio de que precisava, mesmo a prova não sendo em Braille os aplicadores estavam mais preparados para leitura e descrição de imagens e ainda pude utilizar a máquina de braille para produzir a Redação. Fui aprovada, no entanto foi aí

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

que os desafios começaram. A universidade não tinha preparo para receber um aluno cego. Tudo foi se organizando no decorrer do tempo, materiais chegando, profissionais ainda sendo preparados para dar um bom atendimento e o PAE (Programa de acessibilidade e educação inclusiva) entrando em funcionamento, embora já tivesse relato de um aluno de baixa visão já matriculado no curso de Jornalismo.

Pensando no decorrer das aulas e da vida no campus, algumas das maiores dificuldades vivenciadas são: Andar sozinho pelo campus, pois não existe nenhuma forma de identificação dos espaços adequados ao cego; alguns materiais disponibilizados pelos professores que não estão na forma adequada para a leitura pelo computador e, especialmente, o fato de que existe ainda a falta de interesse de alguns professores para adequá-los.

Já a convivência com os colegas de classe sempre foi maravilhosa, todos tentando ajudar no que pudessem. Outro ponto positivo é que mesmo em processo de implantação, a universidade buscou, mesmo lentamente e de acordo com os recursos, melhorar o atendimento do aluno cego, processo no qual estive diretamente envolvida em alguns momentos. Assim, já foram adquiridos impressora braille, *scanners* de voz, materiais para auxiliar nas disciplinas que possuem muitas imagens relacionadas a Geografia, sem contar com os materiais que a universidade está adquirindo. Inicialmente ainda houve parceria com a Secretaria de Estado da Cultura que veio até a UFT prestar orientações a gestores e professores.

O que ainda precisa ser melhorado dentro do campus é a acessibilidade para se deslocar, que, como relatei anteriormente, não é possível fazê-lo sem depender de outra pessoa. Muitas escadas sem antiderrapante ou com os mesmos desgastados e com isso a guia não consegue localizá-los, elevadores que não funcionam, pisos esburacados. Estas dificuldades, no decorrer do dia a dia, acabam sendo incorporadas, o que não significa que precisem permanecer assim.

Pensando nas minhas dificuldades dentro do curso, até hoje a maior foi a parte de fotografia, contudo, muitas ideias trabalhadas juntamente com o professor foram surgindo o que possibilitou um aprendizado adequado às limitações. De acordo com o professor de disciplinas de Fotojornalismo, em entrevista realizada em julho de 2016, o maior desafio relacionado a dar aula para uma aluna deficiente visual foi como explicar imagens.

Assim, o professor informou que na disciplina de Fotojornalismo procurou fazer modificações em como dar a aula, como ter o cuidado de explicar todos os vídeos e fotografias que eram passados,

estimular a aluna a fotografar, mostrando que é capaz mesmo não enxergando e ainda integrando os demais alunos realizando em sala uma dinâmica com os mesmos, a de assistir à aula de olhos vendados.

Para estimular a aluna na fotografia, o professor até a presenteou com um sino, instrumento que pode ser utilizado para auxiliar na localização do local ou pessoa a ser fotografados. O que esta experiência com o professor Fábio D`Abadia mostrou é que é preciso que o aluno cego tenha mais contato com o professor das disciplinas mais complexas para sua deficiência a fim de encontrar caminhos que sejam bons para ambos e ainda não prejudiquem a experiência dos demais alunos.

Sobre a estruturação do Programa de acessibilidade e Educação Inclusiva (PAE) da Universidade Federal do Tocantins, segundo o coordenador do Programa, Manoel Mendes, o PAE surgiu de antigo núcleo voltado a Acessibilidade, que havia ficado parado por muito tempo e mantinha parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Após a entrada da aluna cega, Caroline Barbosa, houve uma efetividade de atividades de apoio em suas atividades acadêmicas.

O PAE tem desenvolvido o contato entre alunos surdos e cegos com o corpo docente, tem intérpretes de libras, que dão o apoio aos alunos Surdos, oferece o curso de Libras aos servidores da universidade e deve iniciar um minicurso de braille. O PAE dispõe da máquina braile e computador com o programa adequado para que a aluna faça a leitura dos seus materiais e de suas atividades, mas também está adquirindo aparelhos como uma nova impressora braile que vai fazer com que os professores e alunos cegos tenham seus materiais adaptados à leitura com a qual ela está mais habituada e não apenas com o computador.

Manoel Mendes relata especificamente que há desafios a serem superados pelo setor, considera que foi positiva a parceria desde o início com a aluna Caroline, mas considera que o maior desafio é que os professores entreguem os materiais que serão adaptados para a leitura da aluna com mais antecedência.

Percebemos pela pesquisa de campo que, por ser uma realidade nova, tanto técnicos-administrativos quanto docentes estão em fase de adaptação e que aos poucos a experiência inclusiva da aluna na Universidade tem melhorado.

Acessibilidade em portais e sites na Internet

A comunicação tem se transformado através de novas alternativas de acesso a informações, provindas de todos os lugares, por meio das novas tecnologias. Um ponto a ser

Aturá
Revista
Pan-Amazônica
de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

destacado nesse processo tem sido a construção de portais, por intermédio das organizações, que mostram sua identidade, seus propósitos, suas realizações, e possibilitam a concentração e disponibilização de serviços e informações, o que facilita a realização de negócios e o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos. Não se esgotam nesses elementos, no entanto, os objetivos de interação com os diversos públicos, o aumento da transparência e participação da sociedade especialmente junto ao terceiro setor.

Um sistema é considerado acessível quando não possui impedimentos para o acesso dos usuários. Antes das novas tecnologias, tais como a internet,

> [...] os cegos só podiam ler livros, jornais e revistas com a ajuda de um ledor (pessoa que lê para cegos). Com o avanço dos recursos digitais, como os programas leitores de tela, o cego conquistou a liberdade de fazer suas leituras sozinho e a qualquer hora (FERREIRA; NUNES, apud FERREIRA et al, 2011).

A acessibilidade, destacada aqui, versa sobre o acesso a comunicação no ambiente virtual para pessoas com deficiência visual. No Brasil, a acessibilidade na internet foi alcançada nos artigos 9 e 21 da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Assinado pelo Brasil e ratificada pelo Congresso Nacional, com quórum qualificado, esta Convenção se tornou lei brasileira com status constitucional a partir dos Decretos legislativos nº 186, de 09 de julho de 2008 e nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Em consequência, entrou em vigor a obrigação da audiodescrição na TV aberta nacional (BRASIL, 2012).

Intrigou-nos, portanto, em virtude de estarmos há quase uma década da oficialização da convenção, embora consideremos tardia se nos referenciarmos ao início da luta pelos direitos da pessoa cega, pelo menos datado no Brasil a partir do início do século XIX e que teve marco no fortalecimento do associativismo civil nas décadas de 1950 e 1970 (LANNA JÚNIOR, 2010), entender neste tópico como esses portais estão avançando na construção e aperfeiçoamento da democratização da comunicação usando os meios digitais. Os portais contribuem para a democratização do acesso dos usuários com deficiência visual?

As informações presentes em qualquer portal, seja ele de empresa governamental ou privada, devem ser acessíveis para pessoas com qualquer tipo de deficiência. O não cumprimento dessas leis ocasiona crime de discriminação. Assim, a primeira observação que fazemos é que os programas que tem a função de tornar a navegação do deficiente mais fácil ainda encontram dificuldades em leitura, por

exemplo quando tem uma imagem ou quando os textos são digitalizados. Nos sites, por exemplo, a maior dificuldade para se ter acesso ao conteúdo são as figuras dispostas nas laterais da tela, tornando algumas páginas impossíveis de se ler devido às interferências.

Segundo Ferreira at al (2011), é preciso entender que as interfaces devem ser acessadas por qualquer pessoa, independentemente de suas capacidades diversas, e, nesse sentido, os projetistas de sistemas devem concentrar-se mais nos usuários e nas formas com que realizam suas tarefas, sua percepção dos sistemas e as imposições e limitações as quais estão sujeitos. "As limitações dos usuários não só influenciam na maneira de realizar a navegação nos sistemas, mas também na percepção do conteúdo disponível e consequentemente na captação da informação e na colaboração" (FERREIRA et al, 2011, p. 6). Concluindo, os autores orientam:

> São muitos os elementos que podem gerar problemas na navegação do usuário, como por exemplo: má definição textual dos *links*, presença de imagens sem conteúdo textual, uso de tabelas sem identificação dos cabeçalhos, *frames* sem título, uso de cores associado à execução de funções do sistema, ausência de *link* de salto para conteúdo e de *links* entre páginas, ausência de mensagens de *feedback* que informe ao usuário sua localização (FERREIRA et al, 2011, p. 19).

Para análise dos portais, um dos autores do artigo, que possui cegueira total, verificou itens que impossibilitam o entendimento da mensagem, e como essa interferência pode ser solucionada, como a navegação dentro do portal, a relação das imagens com os textos, a interação sonora e a multimidialidade com as redes sociais, referente ao mês de maio de 2016. Nos portais, de modo geral, a efusão de imagens constituem obstáculos na decodificação das informações, como nos referimos anteriormente. Contudo, em alguns sites há uma pequena descrição (legenda), condição importante dada às limitações dos leitores de tela mais acessíveis ao grupo.

Cabe salientar no portal da Pastoral da Criança[6] certa preocupação com a navegação por pessoas cegas. O site possui um grande número de textos que orientam sobre aspectos ligados às atividades da associação. No site, algumas imagens possuem uma pequena descrição do que a foto representa, o que é considerado interessante em virtude das considerações do parágrafo anterior. Outra questão importante é o site apresentar os *banners* com descrição da notícia. Percebemos também que o número de vídeos no site não é grande, pois o foco maior são os textos de orientação sobre saúde da criança e das mães. Neste sentido, os *banners* que o

[6] C.f. https://www.pastoraldacrianca.org.br/.

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

portal da Pastoral da Criança possui fazem com que a navegação dentro dos textos de orientação seja facilitada, enfocando o assunto.

Outra questão importante é que dentro do site encontramos já na apresentação dos assuntos os *links* das principais redes sociais, (Twitter e Facebook). Por outro lado, não possui canal no Youtube, pois o maior foco é a escrita, como comentado anteriormente. O portal possui a opção de quatro línguas: Inglês, Espanhol, Grego e Português. Isso facilita o acesso de pessoas de outras nacionalidades, considerando que a Pastoral da criança tem atuação internacional.

Ainda com referência ao Portal da Pastoral da Criança, percebeu-se que pode ser navegado tranquilamente por uma pessoa cega, pois o site é acessível pelo teclado. O leitor de telas NVDA (plataforma para a leitura de tela, um programa em código aberto que "lê" o Windows para facilitar a inclusão digital de deficientes visuais), se adaptou bem ao portal, pois o principal foco são as matérias informativas. Passando pelas imagens presentes no site, que não são efusivas, o programa conseguiu realizar a leitura das descrições contidas nas fotos. Considerou-se, assim, certo equilíbrio entre imagem e texto. Os textos estão em formato ideal, pois colunas, tabelas e quadros prejudicam a leitura e a forma com que o site apresenta as informações está mais de acordo com a adaptação do programa à leitura.

Outro destaque a se fazer nesta discussão é sobre o site da Fazenda Da Esperança, comunidade terapêutica com mais de 30 anos de experiência na recuperação de jovens dependentes químicos. Avaliada como a maior obra da América Latina desenvolvendo essa atividade e ajudando milhares de famílias, atualmente se encontra em 15 países do ocidente ao oriente, com um trabalho a partir do tripé convivência em família, trabalho como processo pedagógico e espiritualidade, para se encontrar um sentido de vida. O portal da Fazenda da Esperança[7] foi criado em 2009, e auxilia na divulgação das ações que são feitas pelo internos.

Neste caso, foi notável uma grande quantidade de imagens em detrimento de texto. Com isso, o cego não tem noção de boa parte dos conteúdos apresentados na página. Neste sentido, outras deficiências se apresentam, como falta de informação a respeito das próprias redes sociais. Em relação às redes sociais, o leitor de telas não consegue identificar os *links* de redes como Facebook, G+ e Twitter, ou links para o Youtube, não informando como essas redes sociais podem ser acessadas. Também não encontramos informações em áudio, meio convergente que em muito contribui para a acessibilidade do

[7] http://www.fazenda.org.br/

cego.

Com o leitor de tela NVDA, ao se fazer leitura de um site, quando este possui muitas imagens, as dificuldades de navegação são maiores e o leitor identifica apenas partes em branco. Por exemplo, na página onde se encontra as informações a respeito dos programas de televisão que são transmitidos, a parte de programação não é lida, pois está em imagem. A melhor forma de o programa trabalhar é com uma maior quantidade de textos ou a incorporação de áudios. Porém, vale destacar que o site possui descrição apenas nas fotografias relacionadas às notícias.

Conclusões

O objetivo deste estudo foi mostrar as dificuldades, potencialidades e desafios que o deficiente cego, especificamente em relação às peculiaridades do curso de Jornalismo, vivencia na universidade. Vimos que muito se tem pesquisado e investido em outras instituições e nas pesquisas científicas para otimizar a acessibilidade e consequentemente a permanência e o aprendizado, mas percebemos que estes avanços parecem sempre estar ainda um passo atrás das necessidades e demandas do jovem cego, que além de incorrer em barreias físicas tradicionais, também sentem o impacto das novas sociabilidades no mundo contemporâneo.

A primeira coisa a dizer é que não se espera que o aluno cego consiga atender a todos os tradicionais objetivos do seu curso, no caso do jornalismo. Na área de imagem é preciso haver adaptação e o entendimento de docentes e futuros profissionais de que o cego pode entender dessa área de forma diferenciada, mas que ao se dedicar mais a outras ou mesmo se adaptar aquelas que inicialmente, devido ao senso comum, não poderia, como tirar fotografias, poderá exercer sua profissão de modo exemplar, crítico e, especialmente, com outro olhar de mundo diferente da maioria.

A pesquisa, acima de tudo, levantou questões sobre os desafios para melhorar a realidade dos alunos cegos e com baixa visão no ambiente acadêmico, pois vimos que é possível adaptações na maioria dos casos. O maior problema é começar, como foi o caso da primeira discente cega no curso de Jornalismo da UFT. Mais do que essas questões práticas, entretanto, percebemos que deve haver um posicionamento incisivo do aluno para valorizar seu próprio trabalho e acreditar em sua capacidade, entender os aspectos que contribuem para marcar o seu lugar e a sua identidade no mundo atual, especialmente seu papel social como cidadão e jornalista, neste aspecto tomando como referência Bauman (2005).

Já com a análise da acessibilidade do aluno cego a portais que possam

servir como fontes e suporte a pesquisas em suas atividades acadêmicas percebemos que se retoma a ideia de que apesar de existir parâmetros legais que instituem a obrigatoriedade de um acesso democrático para todos os cidadãos, eles não são respeitados integralmente. Os desenvolvedores de sites não utilizam plataformas adequadas para o acesso de pessoas com deficiência visual. Os desenvolvedores precisam, portanto, relativizar as características da multimidialidade e convergência midiática, pois, por exemplo, uma análise melhor do equilíbrio entre texto e imagem, e consequente disposição na tela, e a possibilidade de *links* de áudio facilitariam enormemente o acesso do estudante e qualquer pessoa cega aos conteúdos disponibilizados nas redes mundiais de computadores.

Referências

BAZAGA, P. B. M.. **A relação do deficiente visual e a informação. O universo que só o cego pode ver**. MONOGRAFIA (Bacharelado em Jornalismo - UniCEUB – Centro Universitário de Brasília), Brasília, 2007.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva-Tecnologia e educação, 2003. mimeo

BAUMAN, Z. **Identidade.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf. Acesso em: maio de 2017.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva-tecnologia e educação, 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/. Acesso em agosto de 2015.

BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G.. 2004. Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 300-327.

D`ABADIA, Fábio. Entrevista concedida em julho de 2016.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MENDES, Manoel. Entrevista concedida em julho de 2016.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO, S. P.. *Inclusão social via acessibilidade digital: Proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais.* Anais...XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação, Pelotas, RS, 2007. Disponível em: http://redessociaiseinclusao.pbworks.com/f/e-compos.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2017.